

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.404.040 - RS (2018/0309527-1)**

AGRAVANTE : SUPERBLOCO CONCRETOS LTDA.  
ADVOGADOS : ALEXANDRE CARTER MANICA - RS052579  
LUCAS PACHECO VIEIRA - RS088916  
PABLO AUGUSTO LIMA MOURÃO - RS092361  
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto pela Superbloco Concretos Ltda, contra decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, objetivando reformar o acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. NULIDADE. CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. INEXISTÊNCIA.

É válida a CDA que, preenchendo os requisitos legais, permite a identificação de todos os aspectos do débito, inclusive da forma de cálculo dos consectários moratórios, não sendo exigido como requisito ao ajuizamento de execuções fiscais a memória do cálculo.

MULTA DE MORA CONFISCATÓRIA.

Conforme entendimento jurisprudencial desta Corte, não é excessiva e não possui natureza confiscatória a multa limitada a 20% do valor do crédito tributário.

EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE.

A exceção de pré-executividade não é o meio adequado para vincular alegações que exigem dilação probatória para sua demonstração.

No recurso especial, a recorrente aponta violação dos arts. 202 do CTN; 2º, § 5º, da Lei n. 6.830/1980; 803 do CPC/2015, aduzindo, em resumo, a nulidade das CDAs que lastreiam a execução, em razão da ausência de individualização e indicação da origem dos débitos, bem como sua iliquidez, considerando que as contribuições executadas referem-se a verbas indenizatórias; fundamentos esses que deveriam ter sido acolhidos pelo Tribunal de origem no bojo da exceção de pré-executividade.

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

O recurso especial foi inadmitido com base no Enunciado Sumular n. 7/STJ.

No presente agravo, a recorrente apresenta argumentos objetivando rebater os fundamentos apresentados pelo julgador.

É o relatório. Decido.

Considerando que a agravante, além de atender aos demais

pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

O recurso especial não comporta seguimento.

Sobre a alegada violação dos arts. 202 do CTN; 2º, § 5º, da Lei n. 6.830/1980; 803 do CPC/2015, verifica-se que, no acórdão recorrido, não foi analisado o conteúdo dos dispositivos legais quanto às matérias objeto do recurso (individualização e indicação da origem, além da natureza indenizatória dos débitos exequendos), nem foram opostos embargos de declaração para tal fim, pelo que carece o recurso do indispensável requisito do prequestionamento. Incidência dos Enunciados Sumulares n. 282 e 356 do STF, *in verbis*:

Súmula 282: É inadmissível o Recurso Extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada.

Súmula 356. O ponto omissso da decisão, sobre o qual não foram opostos embargos declaratórios, não pode ser objeto de recurso extraordinário, por faltar o requisito do prequestionamento.

Ainda que superados esses óbices, *ad argumentandum tantum*, verifica-se que a apreciação do recurso especial, da forma como realizada a impugnação, implicaria o revolvimento do conjunto-fático probatório dos autos, acerca da apontada inexistência individualização e origem débitos exequendos, além da alegada natureza indenizatória, o que encontra óbice no Enunciado Sumular n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RISTJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator